

Parâmetros Curriculares Nacionais?

Corinta Geraldi
Fac. Educação - Unicamp

O debate nacional sobre o currículo mínimo nacional para a Educação Fundamental está posto desde o ano passado. As recentes discussões, de diferentes fontes, que têm sido veiculadas sobre o assunto e a vontade de digeri-las criticamente, confrontando-as com informações/orientações emanadas pelos órgãos governamentais, tem dificultado produzir uma síntese própria. Pretendo, tão somente, participar deste debate, que precisa ser amplo e capaz de envolver e dialogar com todos os segmentos envolvidos, uma vez que se trata do delineamento de uma política cultural para a educação brasileira.

Dentre as possibilidades de abordagem do tema, pretendo tratar mais proximamente das condições de produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, procurando explicitar sua presença e importância nas diretrizes do MEC, contextualizando-o no projeto neoliberal que se instaura no país. Considero relevante tal estudo para compreender seu percurso e intenções, somente implícitos na letra dos textos/discursos governamentais.

A voz oficial

Uma das fontes utilizadas pelo Governo FHC para tornar pública sua política de elaboração do Currículo Básico Nacional, foi a Revista Nova Escola (Abril/95) em entrevista com a Profa. Iara Prado, Secretária de Educação Fundamental do MEC. Na referida entrevista, Iara Prado esclarecia que:

- O currículo era um dos cinco pontos fundamentais da estratégia para o Ensino de Primeiro Grau anunciada pelo Presidente FHC em fevereiro/1995;
- Tratava-se de Currículo Básico Nacional, embora o denominasse como Parâmetros Curriculares, pois "a existência de parâmetros curriculares facilita a avaliação do ensino, a formação de professores em âmbito nacional e a produção de livros didáticos. É uma política de curto, médio e longo prazos, que se desenvolverá pelos quatro anos de governo, permitindo atingir nosso principal objetivo que é a qualidade do ensino"(p.52)(grifos meus);
- Perguntada se a existência de currículos mínimos estaduais impediam uma avaliação mais eficaz do ensino, revela ainda a Profa. Iara Prado:
Um dos grandes problemas que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), organismo do MEC, tem enfrentado é justamente a inexistência de um parâmetro curricular nacional. Nestes últimos dez anos, vinte unidades da Federação, o Distrito Federal inclusive, vêm adotando suas próprias propostas curriculares, o que ocorre também com alguns municípios como São Paulo e Rio de Janeiro. São currículos regionais. Quando o SAEB define o conteúdo com que vai trabalhar para avaliar o ensino, ele esbarra na questão de que alguns Estados não o adotam ou então não aplicam determinado conteúdo da forma que o SAEB quer analisar. Nós agora vamos dar um

parâmetro para os Estados. (p.52-53) (Grifos meus).

- Lara Prado esclarece também que não chama esses "Parâmetros" de "Currículo Mínimo Nacional", porque pretende ir além de "conteúdos mínimos":

A proposta conterà um currículo básico nas disciplinas Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. Contudo nossa preocupação é que os parâmetros não sejam apenas um elenco de conteúdos, mas também um apoio para o professor em sala de aula. Por esse motivo não estamos chamando a futura proposta de Currículo mínimo. Nós pretendemos ir além disso. Queremos que os parâmetros sejam uma referência para o professor em sala de aula. (p.53)

Veremos agora como estão situados os PCNs dentro das quatro prioridades apontadas pelo MEC: primeira, os parâmetros curriculares nacionais; a segunda, livros didáticos nacionais; a terceira, treinamento de professores via televisão e a quarta a avaliação nacional. As três primeiras são necessárias para que a quarta, a **avaliação nacional**, seja possível.

...os parâmetros curriculares nacionais divulgados

O texto divulgado prevê as seguintes fases de implantação dos PCNs: de divulgação, a primeira - então deixa claro que já foi proposto, já foi elaborado pelo MEC, de modo que agora seria iniciada a implantação; a segunda fase é a de adaptação desses Parâmetros nos Estados ou elaboração a partir das diretrizes; a terceira é a de adequação, em que, na escola, o projeto do Estado vai ser adequado e concretizado ao nível do projeto pedagógico da escola - mas essa adequação vai ser feita nesse terceiro nível. A produção já está concluída pelo MEC - ; o quarto é a realização do processo ensino-aprendizagem, é a programação, a adequação do conteúdo ao grupo de alunos, e isso cabe ao professor. Temos portanto duas palavras-chave, a produção e a divulgação na primeira fase, funções exclusivas do MEC; e na segunda a adequação, que cabe aos outros segmentos do "sistema educacional", conforme proposto pelo documento.

Em outros países, reformas semelhantes a esta instituíram o currículo mínimo nacional mesmo. Aqui, o nome PCNs. De todas as análises que têm sido feitas, vou citar duas, uma da professora Vera Candau, da PUC do Rio de Janeiro, e outra do professor Antônio Flávio Barbosa Moreira. Ambos enfatizam que, na verdade, pelo jeito que é proposto não se trata de parâmetro curricular, é currículo mínimo nacional e mais, é currículo homogeneizante porque tem uma listagem de conteúdos, objetivos dos conteúdos e propostas de atividades e processos avaliativos.

Recorrendo às diferentes fontes, parece ficar evidente o objetivo dos PCNs: não só tem que ter um conteúdo nacional como também tem que ser do jeito que o SAEB quer avaliar, por isso precisa parâmetro nacional. Realizando uma análise, mesmo que superficial, do discurso dessa entrevista e do próprio texto dos PCNs, poderemos verificar que, neste contexto, "parâmetros" configuram uma relação (selecionada e arbitrária) de conteúdos escolares considerados como válidos e necessários bem como sua operacionalização na programação escolar que será considerada válida (embora não obrigatória [sic!]), cujo cumprimento e efetivo aprendizado dos alunos será controlada pela avaliação nacional.

Nesse contexto, você -professor, grupo de professores da escola- podem fazer tudo o que quiserem em aula e na escola, só que os seus alunos serão avaliados com base no que propôs os PCNs, e os resultados serão do conhecimento de todos e produzirá repercussão no seu salário (direito ou não a gratificações); na escola (pode ganhar ou perder verbas). Se você agüentar tudo isso então você pode ter toda a autonomia porque não é obrigatório.

Agora, entrar nessa seara significa mexer nos processos e insumos que o Relatório da SEPLAN considera que não deve-se mexer porque dá muito trabalho e é difícil ter controle. Assim, é melhor pegar o produto final, em função daquilo que interessa, fazer a avaliação e desse modo controlar o produto educacional.

Tentando mudar...

Dados recentes de pesquisadores internacionais confirmam que a viabilidade da mudança curricular se dará pela produção ativa do professor, no trabalho cotidiano, com assessoramento direto e a reorganização do trabalho pedagógico na escola. Nóvoa (1996), a partir de pesquisas sobre as reformas na Educação Básica portuguesa e o acompanhamento das pesquisas que vêm sendo produzidas na área, em todo o mundo, afirma que o professor é o **conceptor do currículo**; sem sua participação ativa desde a concepção do currículo, produzindo e refletindo na e sobre a prática, na trajetória curricular vivenciada com seus alunos e refletida com seus colegas na escola, não há como implantar uma inovação. Gimeno Sacristán e Santomé Torres (nas respectivas palestras proferidas em Porto Alegre, julho/1996) corroboram tal afirmação a partir dos dados de implantação da Reforma Curricular espanhola.

Sobre a concepção de professor que se pode inferir da proposta do MEC, vemos que ela contradiz, em sua essência, aquilo que as pesquisas acadêmicas no Brasil e em todo o mundo vêm apontando. Ou seja, se as pesquisas estiverem certas, o modelo proposto não irá produzir aprendizagem.

Como o próprio documento da Fundação Carlos

Chagas mostra, existem alternativas a esse projeto e que estão sendo implantadas e que foram implantadas, e que mostram uma concepção de professor muito diferente. Por exemplo, no caso de São Paulo (município), as propostas de interdisciplinaridade feitas na gestão Erundina diziam assim, aqui na análise da Fundação Carlos Chagas:

"na construção do programa, os professores e não os especialistas, são os principais agentes, e decorre do caminho de ação pedagógica trilhado pela escola se apoiando nos seguintes pressupostos: consideração da realidade como ponto de partida traduzida em temas geradores e situações significativas (...) o currículo é assim recriado em cada escola pelo conjunto dos seus professores, deixando-se de lado as prescrições oficiais referentes ao desenvolvimento dos conteúdos. Os temas geradores iniciais não serão os únicos a serem considerados durante o ano letivo, novos temas surgirão durante os trabalhos dando margem a novas pesquisas de professores e alunos. O processo de recriação permanente do currículo demanda forte esquema de capacitação docente através de grupos sistemáticos de estudo, bem como uma vigorosa articulação do trabalho na unidade escolar com vistas a assegurar integração horizontal e vertical da proposta curricular" FCC, 1995:10-11).

Então, notem que tem uma proposta com fundamento que, obviamente contrapõe tudo isso aqui. Foi feita junto com os professores, foi implantada e dela existem alguns resultados preliminares, sobre ela tem uma pesquisa de um grupo da USP que mostrou que o texto circula na sala de aula, diferentes tipos de texto circulam com essa proposta, não é só o livro didático.

Temos também a *Escola Plural*, do município de Belo Horizonte, citada pelo documento, onde diz que

O aluno é quem deve aprender a estabelecer relações. Cabe aos professores organizar experiências que propiciem a aprendizagem pela participação do educando e pela fina sintonia dos conteúdos escolares com a pluralidade dos espaços e tempos sócio-culturais em que se dá a sua formação e socialização. (FCC, 1995:12-3).

Quer dizer, existem experiências que são diferenciadas, que estão sendo produzidas em pequenas escalas. E diante disso, precisamos nos contrapor politicamente, afirmando propostas alternativas, tal como decidido no I CONED - I Congresso Nacional de Educação.

Alinhando os nós...

Do exposto, pode-se compreender que os PCNs fazem parte de uma política fundamental do Governo

FHC para a educação; que sua elaboração está estreitamente ligada a outras três estratégias que dela dependem (livros didáticos nacionais, formação de professores de âmbito nacional e avaliação nacional) e, que uma delas, a avaliação é fundamental e a razão de todas as outras.

Estas afirmações fazem sentido no contexto da organização da escola baseada na exclusão dos que são rotulados de "incapazes", utilizando para isso vários sinônimos, mais ou menos cínicos, mas que via de regra excluem os que fogem do "padrão" esperado e delineado pelo capital, cuja "lógica" pode ser buscada através das categorias de classe, gênero, raça, opção sexual, portador de deficiência (real ou fictícia).

Segundo artigo recente de Apple (1996), uma nova onda conservadora no mundo se faz presente agora pelo argumento de que algumas crianças não se saem bem na escola porque seus equipamentos genéticos as tomam globalmente menos inteligentes. Assim, não adianta "gastar" recursos com Educação buscando produzir altos desempenhos de "quem não pode dar". Apple mostra como se expressa essa moral conservadora:

...devemos ser "realistas". Dadas certas heranças genéticas particulares, essas políticas em educação são utópicas. Em vez disso precisamos preparar esses estudantes para as vidas "inferiores" que eles provavelmente levarão. Eles serão, assim, mais felizes. Seus professores menos frustrados. E nossas sociedades serão mais estáveis se nós compreendermos que precisamos renunciar ao sonho de que todas as nossas crianças necessitam ser igualmente educadas. (Apple, 1996:103) (Grifos do autor).

Parece-me que temos que tentar todos os meios, fazer circular mais rápido a informação e a troca entre a Universidade e a produção que os professores estão fazendo nas escolas. Muitos de nós aqui estamos trabalhando nas escolas, e nós mesmos não sabemos do outro, desvalorizando essa prática, esse trabalho que está sendo feito no conjunto dessas contradições. Tem escola que conseguiu escapar das recentes mudanças feitas pelo Governo do Estado de São Paulo, permanecendo como escola de primeiro grau completo. Conseguiu resistir. Mas a maioria não conseguiu. Pergunto: o que vamos fazer? A minha proposta é de resistência ativa.

Nesse contexto em que os Parâmetros Curriculares Nacionais estão postos para nós, professores, como iremos trabalhar?